



METROPOLIZAÇÃO E POLICENTRALIDADE EM FORTALEZA (CE - BRASIL)

METROPOLIZATION AND POLYCENTRALITY IN FORTALEZA (CE - BRAZIL)

METROPOLIZACIÓN Y POLICENTRALIDAD EN FORTALEZA (CE - BRASIL)

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.76-92

Francisco Clébio Rodrigues Lopes

Professor Adjunto da Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA) - Ceará - Brasil

Dr. em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo

E-mail: clebiolopes@yahoo.com.br

RESUMO:

A abertura dos mercados e o advento de técnicas flexíveis de produção geraram possibilidades de investimento urbano. A metropolização de Fortaleza, capital do estado do Ceará, resulta de mudanças na sua base produtiva em virtude da dinâmica industrial e de novas áreas de centralidade. O objetivo deste trabalho é analisar as características da policentralidade na capital cearense, por isso a investigação contou com revisão bibliográfica, coleta de dados estatísticos e organização de hemeroteca digital. Conclui que a atual dinâmica metropolitana consiste numa reestruturação do espaço em virtude da criação de receptáculos de rentabilidade que centralizam investimentos públicos e privados.

Palavras-chave: Centralidade; Centro; Comércio.

ABSTRACT:

The opening of markets and the advent of flexible production techniques generated urban investment opportunities. The metropolization of Fortaleza, capital of the state of Ceará, results of changes in its productive base due to industrial dynamics and new areas of centrality. The objective of this study is to analyze the characteristics of polycentrality in the capital of Ceará state, so the research included a literature review, collection of statistical data and organization of digital newspaper library. It concludes that the current metropolitan dynamics is a restructuring of the space by the establishment of profitability receptacles that centralize public and private investments.

Keywords: Centrality; Center; Commerce.

RESUMEN:

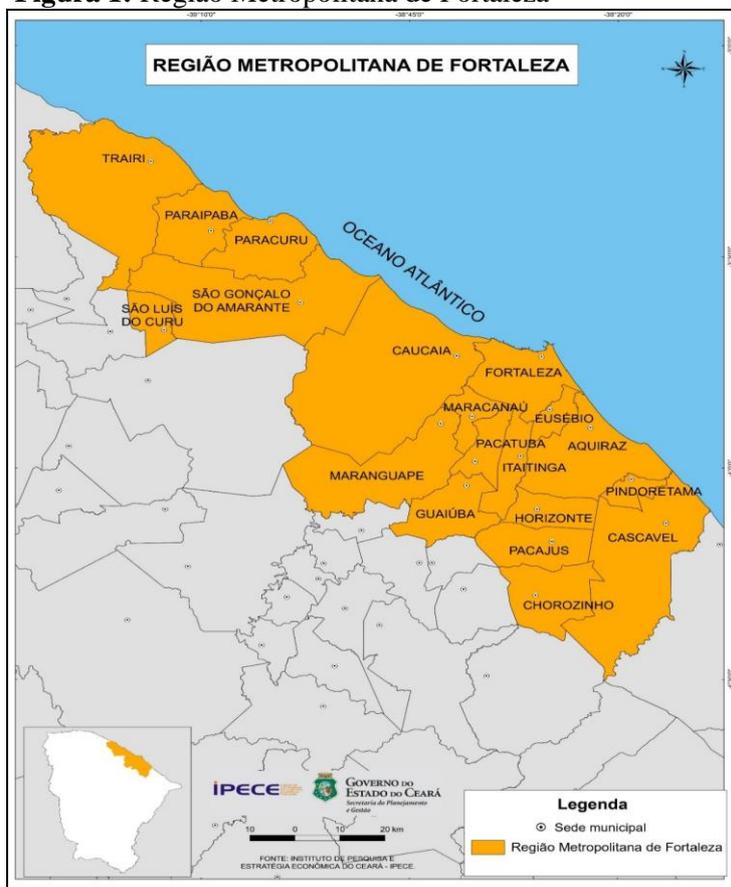
La apertura de los mercados y el advenimiento de técnicas flexibles de producción han generado posibilidades de inversión urbana. La metropolización de Fortaleza, capital del estado de Ceará, resulta de cambios en su base productiva en virtud de la dinámica industrial y de nuevas áreas de centralidad. El objetivo de este trabajo es analizar las características de la policentralidad en la capital cearense, por eso la investigación contó con revisión bibliográfica, recolección de datos estadísticos y organización de hemeroteca digital. Concluye que la actual dinámica metropolitana consiste en una reestructuración del espacio en virtud de la creación de receptáculos de rentabilidad que centralizan inversiones públicas y privadas.

Palabras clave: Centralidad; Centro; Comercio.

1 INTRODUÇÃO

Fortaleza, capital do estado do Ceará, é a quinta maior cidade em tamanho demográfico no Brasil com uma população de 2.452.185 habitantes e juntamente com dezoito municípios compõe o terceiro maior aglomerado urbano do Norte/Nordeste brasileiro (Figura 1). Trata-se de um espaço com extensão de 7.440 km², população de 3.741.198 habitantes (44,26% do total estadual), densidade de 502,85 hab./km² e grau de urbanização de 96% (IBGE, 2010). Em 2010, a população do município-núcleo correspondia a 68% da população metropolitana e a taxa de crescimento da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), entre 2000 e 2010, foi de 1,69% ao ano. Além do peso demográfico, o espaço metropolitano fortalezense possui um PIB de R\$50,6 bilhões (64,9% do total estadual) e o sétimo maior potencial de consumo do país, por isso a sua área de influência atinge vinte milhões de pessoas em seis estados da federação brasileira.

Figura 1: Região Metropolitana de Fortaleza



Fonte: IPECE 2019



Nos últimos trinta anos, a cidade matricial explodiu/implodiu¹ (metáfora emprestada da física) e o tecido urbano, seguindo os corredores viários e ferroviários, avançou sobre os territórios circunvizinhos. A expansão ocorre de forma densa ao longo das rodovias e rarefeita na medida em que se distancia delas com uma grande quantidade de lotes vagos no interior da cidade-núcleo, contudo apresenta maior densidade nos setores oeste (Fortaleza/Caucaia), sudoeste (Fortaleza/Maracanaú) e sudeste (Fortaleza/Eusébio). Apesar da existência de bairros de classe média nos setores oeste e sudoeste, predominam os bairros populares com conjuntos habitacionais, loteamentos clandestinos e favelas na direção de Caucaia, Maranguape e Maracanaú. O setor sudeste, na direção do Eusébio, trata-se de uma expansão da Grande Aldeota, portanto predomina a cidade moderna, verticalizada e onde reside a maioria dos estratos sociais de rendas alta e média alta. A diferença de rendimentos entre esses setores pode chegar a vinte vezes. Por exemplo, a renda per capita média mensal em bairros como Aldeota, Meireles (Fortaleza) e Alphaville (Eusébio) é de aproximadamente R\$ 4.958,00 enquanto em Amanari, Antônio Marques, Itapebussu, Lagoa do Juvenal, Manoel Guedes, Papara, Tanques e Vertente do Lagedo (Maranguape) não chega a R\$ 187,00 (IPEA, 2014). Tal situação revela uma imensa desigualdade e segregação socioespacial no interior do tecido metropolitano.

A metáfora da física não se encerra no fenomênico, por isso exige uma investigação sobre processos indutores. Nesse sentido, acreditamos que a transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX com internacionalização da produção e flexibilidade na organização do trabalho resultou no avanço da metropolização da capital cearense. Motivadas pelas vantagens locacionais (incentivos fiscais, infraestrutura gratuita e mão de obra barata e desorganizada sindicalmente), antigas fábricas se modernizaram e novas dos setores da fiação, vestuário e calçados foram atraídas e se localizaram nos municípios metropolitanos de Maracanaú, Horizonte e Pacajús. É importante citar a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) numa área de 576 hectares em São Gonçalo do Amarante em 2010 e a instalação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) e a Vale Pecém com a finalidade de desenvolver uma indústria de bens intermediários no estado.

A diminuição na área de produção na capital cearense provocou uma recomposição da estrutura urbana com o aparecimento de grandes equipamentos comerciais, condomínios verticais, hotéis, apart-hotéis e edifícios inteligentes (complexos imobiliários que oferecem pavimentos corporativos, salas comerciais e helipontos). Desse modo, novas áreas de centralidade são produzidas e se revelam extremamente lucrativas aos negócios imobiliários.

¹ A ideia de explosão/implosão é de Lefebvre (2001).

O objetivo deste artigo é analisar as características da policentralidade da metrópole de Fortaleza num contexto de metropolização espacial. Dessa forma, realizamos pesquisa bibliográfica, levantamos dados estatísticos e organizamos uma hemeroteca digital. Os resultados dessa pesquisa foram sintetizados neste texto que conta com seis seções. A segunda, após esta introdução, traça a relação entre internacionalização capitalista e metropolização; a terceira discute as diferentes formas de centralidade nas cidades brasileiras; a quarta seção realiza um histórico da descentralização comercial na capital cearense; e a quinta apresenta as principais áreas de comércio e serviços na metrópole cearense. Após essas cinco seções, seguem-se as considerações finais.

2 INTERNACIONALIZAÇÃO CAPITALISTA E METROPOLIZAÇÃO

Desde o final da Segunda Grande Guerra Mundial, o capitalismo retomou a sua expansão num grau e intensidade, jamais visto anteriormente. Aos poucos, as formas singulares e particulares de reprodução do capital, compreendidas como nacionais e setoriais, se subordinaram a uma acumulação global e assumiram novas características. Trata-se da internacionalização capitalista que ganhou força com o fim da Guerra Fria e a desagregação do bloco socialista, a desregulamentação dos mercados e o surgimento de novas tecnologias nas áreas de comunicação e transporte que funcionam, simultaneamente, como condição e fator de intensificação do processo. Esse novo ciclo de expansão capitalista, que começou a ser desenhado no final da década de 1970, foi definido por Chesnais (1996) como mundialização do capital.

A mundialização deve ser compreendida como uma fase específica da valorização porque engloba o conjunto das regiões do mundo onde há recursos e/ou mercados. Além disso, o decurso é marcado mais pelo investimento internacional do que pelo comércio exterior e tem reflexo nas estruturas produtivas e no intercâmbio de bens e serviços. Essa fácil mobilidade do valor contou com modificações na organização do sistema bancário e financeiro internacional com o desenvolvimento de redes e sistemas de informática. Dessa forma, o capital ficou à vontade para colocar em concorrência as diferenças no valor de troca da força de trabalho entre um país e outro, permitindo a apropriação de uma mais-valia global (CHESNAIS, 1996).

Essa internacionalização do capital tem também uma dimensão espacial, por isso exploraremos o efeito desse processo nas transformações das áreas metropolitanas. Ainda que de forma diferenciada, todas as cidades são afetadas visto que “há elos financeiros de agentes financeiros internacionais e toda e qualquer cidade” (DAMIANI, 2006, p. 136). Não significa que



os espaços urbanos convergem para um modelo único, em virtude do processo diferencial, todavia algumas mudanças tendem a ocorrer em todas elas, principalmente nas metrópoles.

As transformações na organização do trabalho associadas à liberalização dos mercados impactaram a produção “e o funcionamento das principais aglomerações metropolitanas latino-americanas, afetando tanto suas articulações externas como sua própria dinâmica e configuração interna” (MATTOS, 2004, p. 159). A possibilidade de comandar o processo de trabalho à distância permitiu que o capital industrial separasse espacialmente as fases de elaboração e execução do processo produtivo. Assim, as funções de comando, pesquisa e desenvolvimento continuaram concentradas nas metrópoles (sedes das grandes corporações) enquanto a produção se dispersou por várias regiões onde os salários são baixos, a proteção social é inexistente e os benefícios fiscais são muitos.

As metrópoles foram selecionadas para receber as funções de comando em virtude da disponibilidade de sistemas de comunicação capazes de permitir contatos instantâneos com o ambiente global; contingentes amplos e capacitados de recursos humanos; condições para uma comunicação direta cotidiana entre as pessoas que desenvolvem as tarefas mais modernas; e mercado capaz de garantir acesso a uma ampla demanda solvente (MATTOS, 2004). À medida que o espaço metropolitano é cada vez mais o *locus* da gestão do capital, transformações econômicas, sociais e territoriais ocorrem nessa base espacial.

Do ponto de vista da economia, há uma passagem da produção no espaço à produção do espaço (LEFEBVRE, 2000) e a metrópole tornou-se máquina de crescimento. Às funções de direção, são somados os serviços para a produção (financeiro, jurídico, contábil, marketing e imobiliário), os de reprodução (saúde, educação e lazer) e a distribuição e comercialização das mercadorias.

Em relação ao social, a fuga e/ou fim dos empregos industriais e a incapacidade do setor terciário de absorver a demanda de trabalhadores levam ao desemprego estrutural e a expansão do setor informal. A impossibilidade de pagar pelo solo urbano em virtude da queda dos rendimentos provoca um movimento de ocupação de terrenos cada vez mais distante do centro da cidade e a consequente formação de favelas e loteamentos clandestinos. Terra vazia é cada vez mais rara nas metrópoles, por isso explodem as ocupações de prédios abandonados nas áreas centrais e há um segmento da população que simplesmente passa a morar na rua. Desse modo, a internacionalização capitalista também está associada a novas formas de segregação do espaço urbano.

Dentre as transformações territoriais, podemos citar a suburbanização do tecido metropolitano e a reorganização dos espaços no interior da mancha urbana. Com a gestão do capital

concentrada no espaço metropolitano e a liberalização dos mercados de capital, uma quantidade imensa de investimentos internacionais se realiza em negócios imobiliários. O resultado desse maior fluxo de capital imobiliário é a produção de novos artefatos arquitetônicos (edifícios corporativos, centros comerciais, parques aquáticos, hotéis, *resorts*, centros de convenções, aquários, pontes estaiadas, condomínios e loteamentos fechados, etc.). Os novos objetos se dispersam pelo tecido urbano em busca de preços mais baratos da terra o que gera a produção de novas centralidades que passam a concorrer com o centro histórico, esse cada vez mais esvaziado e ocupado por segmentos proletarizados. A combinação de todos esses elementos produziu uma forma metropolitana dispersa, policêntrica, segregada e estruturada por eixos rodoviários.

Apresentados os desdobramentos da relação entre internacionalização do capital e metropolização, analisaremos as características da policentralidade urbana.

3 NOVOS CENTROS NA METRÓPOLE

Ao contrário do que pode parecer, centralidade urbana constitui tema recente, uma vez que, nas últimas décadas, a dispersão das atividades metropolitanas e o aparecimento de novas formas espaciais remetem à concepção de centro sem que de fato o sejam. Em alguns casos, os subcentros que mantinham relações de complementariedade com o núcleo central, passam a competir com ele, de modo a se tornarem os “novos centros” (FRÚGOLI JÚNIOR, 2000).

Até a década de 1970, as cidades brasileiras eram monocêntricas já que apresentavam uma forte concentração de atividades terciárias no seu centro. O rápido crescimento demográfico dessas áreas urbanas e a conseqüente expansão territorial geraram uma dispersão do comércio e dos serviços com a formação de subcentros. A utilização do prefixo “sub” sinaliza uma centralidade semelhante à do centro só que em tamanho menor, logo voltado a um público mais restrito, funcional ou economicamente. Geralmente, surgiram em lugares de alta densidade habitacional e distantes do núcleo central, no entorno de pontos de convergência de transporte coletivo ou eram antigos núcleos urbanos submersos pelo tecido metropolitano.

Os estabelecimentos terciários também se expandiram pelas vias de maior circulação de veículos que demandam ao centro ou o contornam, contudo, ligados a um tipo de atividade. Como exemplos, negócios do setor de veículo como oficinas automobilísticas, lojas de autopeças e concessionárias ou empresas do ramo médico-hospitalar como clínicas, hospitais e casas comerciais. Dessa forma, buscam um público restrito e/ou camadas sociais de maior poder



aquisitivo, constroem uma imagem de área seletiva e se localizam em eixos de fácil acesso através do transporte individual.

Uma terceira forma de expansão terciária emergiu com o *shopping center*, pois recria a centralidade ao concentrar comércio e serviços (bancários e de lazer) numa determinada localização. Possui forte multiplicidade funcional (não tão ampla quanto a do centro tradicional) e é caracterizado “por uma especialização econômica, na medida em que se voltam para clientelas de maior poder aquisitivo, oferecendo facilidade de acesso para o transporte individual, abrigo, segurança, beleza arquitetônica, etiquetas, [...]” (SPÓSITO, 1991, p. 12). Após a instalação do centro comercial, é bastante comum a atração de novos negócios terciários para os locais adjacentes o que reforça a polarização da área.

A partir da década de 1990, a internacionalização do capital e a desregulamentação dos mercados modificaram o padrão de metropolização brasileira com a produção de uma forma descentralizada que nega a concepção de centro único e monopolizador. Um aporte maior de capitais circula no mercado nacional e procura se reproduzir em setores improdutivos ou produtivos de baixa composição orgânica em virtude dos riscos de desvalorização na esfera produtiva. Além disso, os novos arranjos produtivos mais flexíveis, menores e localizados em periferias longínquas e, às vezes, situados fora da área metropolitana, possibilitam uma maior disponibilidade fundiária.

Desse modo, antigos espaços destinados à produção cedem lugar para novos loteamentos urbanos, conjuntos habitacionais, novos artefatos arquitetônicos (centros de eventos, torres empresariais, espaços culturais, etc.), diferentes soluções habitacionais para as classes médias e altas o que gera uma expansão do tecido urbano ao longo de eixos viários e a metropolização de novos espaços. Polos de atração são produzidos e reproduzem as condições e qualidades centrais em outros lugares da metrópole e

Do ponto de vista econômico, são receptáculos de rentabilidade, em que se concentram processos de intercâmbio entre produção e consumo favorecidos pela nova realidade comercial, em que a escolha dos locais de compra passou a ser regida por outros determinantes que não os fundamentalmente vinculados à facilidade de acesso (TOURINHO, 2006, p. 288).

Esses receptáculos redefinem o centro, a periferia e a relação entre eles porque áreas urbanas de grande dinamismo comercial, financeiro ou empresarial, ou ainda misto, que centralizam investimentos privados e públicos, onde a população se concentra para trabalhar e/ou consumir são simultaneamente criadas e esvaziadas. É o conteúdo monofuncional que confere caráter transitório a esses espaços, logo o deslocamento das práticas econômicas em função da diminuição dos custos

gera, momentaneamente, um afluxo e uma frequência em determinados lugares. O poder de concentração é reforçado em algumas localidades em detrimento do esvaziamento de outras, assim o centro perdeu parte da sua capacidade de atração/dispersão dos fluxos e já não consegue comandar sozinho o conjunto metropolitano, sendo obrigado a competir com outras realidades.

A produção da cidade tornou-se o principal motor da economia, por conseguinte capitalistas de vários setores direcionam parte de seus lucros para compra de terrenos e o capital-monetário se transforma em renda capitalizada da terra. Outros aplicam na construção civil e metamorfoseiam seus lucros em capital industrial. Ainda existem os investimentos em fundos em bolsas de valores que garantem rentismos variados. Trata-se de um circuito internacionalizado em torno da propriedade privada, por isso a centralidade se desloca de acordo com os interesses de agentes que procuram localizações onde os preços de mercado proporcionam lucros extraordinários.

Na RMF, a presença de crédito estatal e a entrada de grandes incorporadoras produziram artefatos urbanos e redefiniram o uso e a ocupação de áreas; criaram e esvaziaram centralidades. Contudo, não se trata de mera emergência de formas porque inclui modificações do padrão de metropolização do espaço. Assim, apresentaremos a dinâmica da centralidade na capital cearense na próxima seção deste trabalho.

4 FORTALEZA: DO CENTRO AOS CENTROS

Em Fortaleza, o planejamento a partir de 1970 teve como principal instrumento o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza - PLANDIRF (1969/1971), que objetivou a expansão linear da área central mediante a liberação do adensamento ao longo das radiais.

O PLANDIRF se apresentou como um instrumento capaz de solucionar a “desordem urbana”, logo suas intervenções se concentraram na remodelação da forma urbana mediante a erradicação de favelas centrais, construção de conjuntos habitacionais na periferia, abertura de vias de trânsito rápido e modificação do zoneamento do uso e ocupação do solo. O zoneamento propunha descentralização comercial e dos serviços, renovação da área central, planejamento para a orla e concentração das indústrias na Francisco Sá, em Parangaba, zona portuária e Distrito Industrial. O plano viário atribuiu grande importância à RMF e à função de Fortaleza como capital regional, por isso além das avenidas Leste-Oeste, Borges de Melo, Beira-Rio e Santos Dumont, foi implantado o quarto anel viário que ligou o bairro de Parangaba à avenida Perimetral (SOUZA, 2009).



No final dos anos de 1970, Fortaleza ainda era uma cidade mononuclear, caracterizada pela ausência de verdadeiros centros de bairros e sua estrutura urbana era marcada por uma hiperconcentração no núcleo central. Apresentava, entretanto, uma tendência de descentralização de algumas funções, tais como administrativas e comerciais, para outras áreas da cidade. Dentre essas novas áreas comerciais, destacavam-se dois núcleos de maior expressão nos bairros da Aldeota e outro no Montese.

O comércio da Aldeota, localizado principalmente em torno das avenidas Santos Dumont e Barão de Studart, já era caracterizado como um comércio de luxo, ou seja, filiais de lojas sediadas no centro, que visavam atender uma classe de maior poder aquisitivo. Outro fator que contribuiu para o fortalecimento da sua centralidade comercial foi a inauguração em 1974 do primeiro *shopping* de Fortaleza – O Center Um, em plena avenida Santos Dumont, principal artéria do bairro.

Ao longo da década de 1970, várias repartições públicas foram transferidas do centro para o bairro, acentuando-se principalmente após a localização do Palácio da Abolição, sede do Governo estadual, na avenida Barão de Studart. Além do Palácio, algumas secretarias estaduais e municipais, a Assembleia Legislativa, a Câmara Municipal e até mesmo a sede de entidades administrativas do Poder Público Federal, como a Receita Federal, foram deslocadas ou implantadas na Aldeota.

O Montese organizou-se em torno de dois eixos, inicialmente ao longo do caminho percorrido pelos rebanhos bovinos que se dirigiam ao antigo matadouro municipal, cuja denominação atual é a avenida Gomes de Matos, e depois, ao longo da avenida Alberto Magno. A sua avenida principal desempenha o papel de conexão rodoviária, acentuada depois da sua pavimentação e da ligação desta com a avenida Borges de Melo, o que resultou no desvio do tráfego da avenida Capistrano de Abreu. Trata-se de um centro comercial linear com aproximadamente um quilômetro de extensão, que corta os bairros Jardim América, Bom Futuro e Montese. No primeiro trecho, observamos um polo industrial de microempresas de vestuário e acessórios. As suas duas avenidas principais são consideradas corredores de atividades pela Lei de Uso e Ocupação do Solo atual. Neles, podemos observar diversas atividades comerciais e de serviços, constatando-se uma especialização no comércio varejista de peças de carros, que fazem do bairro, depois do centro, o primeiro em número de estabelecimentos (P M F, 1991).

A diferença básica entre esses dois centros é que, enquanto o primeiro surgiu para atender uma classe de alto poder aquisitivo, por isso se especializou no comércio de luxo, serviços bancários especializados e outros serviços em geral. O Montese surgiu inicialmente para atender um público de passagem e motorizado, por isso a grande concentração de lojas de autopeças; depois passou a atender a um público de baixo poder aquisitivo.

O rápido aumento dos preços dos terrenos na Aldeota e em seu bairro vizinho, Meireles, levou à verticalização acelerada na área e à criação de bairros em áreas menos privilegiadas, porém contínuas à Aldeota, em direção ao sudeste.

A partir dos anos de 1990, é visível a fragmentação de Fortaleza em conjuntos de distribuição espacial das atividades socioeconômicas e do adensamento populacional: Aldeota/Meireles, Alagadiço São Gerardo, Antônio Bezerra, Barra do Ceará/Carlito Pamplona, Messejana, Montese, Parangaba, Seis Bocas/Água Fria e Vizinhos ao Centro.

A internacionalização do capital produziu uma forma metropolitana mais dispersa, por isso o centro de Fortaleza perdeu a função que tinha, anteriormente, de principal concentração terciária para o conjunto da população. Novas áreas de intensa atividade comercial, financeira ou empresarial são produzidas por investimentos privados e/ou públicos e visam fomentar a acumulação capitalista via produção do espaço. As principais centralidades que concorrem com a área central são: Aldeota, São Gerardo, Antônio Bezerra, Barra do Ceará, Messejana, Montese, Parangaba, Água Fria/Seis Bocas e Vizinhos ao Centro (Figura 2).

A centralidade da Aldeota, formada pelos bairros Aldeota, Cocó, Dionísio Torres, Meireles, Mucuripe, Papicu e Varjota, apresenta-se como área mais bem-dotada de comércio e serviços fora do centro. As atividades se multiplicaram com a instalação de *shopping centers*, lojas, boutiques, restaurantes, hotéis e *flats* nas avenidas Santos Dumont, Desembargador Moreira, Barão de Studart, Dom Luís e Beira-Mar. São dez centros comerciais num raio de um quilômetro da Praça Portugal – considerado o coração da Aldeota, assim o preço do solo aumentou bastante nos últimos anos e a verticalização foi intensificada. Entre 2005/2006 e 2010/2011, o preço do m² mínimo da Aldeota subiu 200% e o máximo 186% e no Meireles, o mínimo 400% e o máximo 200% (LOPES, 2012), conseqüentemente o crescimento vertical se expandiu pelos bairros adjacentes do Dionísio Torres, Varjota, Cocó e Papicu.

No extremo oeste da metrópole, um corredor comercial com três quilômetros de extensão e 4.261 endereços (somente 10% são residenciais) se estende pelos bairros de Farias Brito, Parque Araxá, São Gerardo, Parquelândia e Presidente Kennedy, por isso até quem mora no município metropolitano de Caucaia afirma que reside próximo da Bezerra. A presença de serviços que funcionam 24 horas como farmácias, borracharias, postos de combustíveis, supermercados, caixas eletrônicos de bancos, casas de show e restaurantes levou a aprovação do Projeto de Lei n. 229/1998 que permitiu o funcionamento contínuo e ininterrupto dos estabelecimentos durante todo o dia. Na parte ocidental da capital, concentram-se as moradias proletárias, geralmente conjuntos habitacionais, favelas consolidadas e bairros populares, isto é, uma imensa periferia metropolitana,



A centralidade da Barra do Ceará, localizada a noroeste do centro, compreende Barra do Ceará, Álvaro Weyne, Carlito Pamplona, Cristo Redentor e Vila Velha. Em torno dos seus dois eixos principais, avenida Presidente Humberto Castello Branco (Leste – Oeste) e avenida Francisco Sá, consolidou-se um núcleo comercial, de serviços e industrial. A ocupação da área por operários e migrantes ocorreu a partir dos anos de 1930, em função da presença de indústrias, oficinas da antiga Rede de Viação Cearense (RVC) e dos terrenos vazios e “desvalorizados” do litoral oeste. Nos anos de 1970 e 1980, a ocupação da área é reforçada com a chegada de grandes conjuntos habitacionais. O polo industrial da Francisco Sá concentra principalmente indústrias metalúrgicas e de alimentos e foi o mais importante do Ceará até a implantação do Distrito Industrial de Macaranaú. O eixo da Leste – Oeste se destaca nos últimos anos, principalmente, após a implantação da ponte rodoviária sobre o rio Ceará em 1997, conhecida como “ponte do turismo”, pois liga Fortaleza ao litoral oeste do estado.

Parangaba e Messejana foram antigos aldeamentos jesuíticos, engolidos pelo tecido urbano, todavia se mantiveram como centros de convergência/concentração na periferia. O primeiro funciona como ponto de conexão entre o centro e os municípios metropolitanos de Maracanaú e Maranguape, pois acolhe três terminais de passageiros – Terminais de ônibus da Parangaba e Lagoa; Estação do metrô da linha sul, portanto tem influência sobre uma população de 1.238 habitantes que possui uma renda anual de R\$ 6,3 bilhões e um poder de consumo anual de R\$ 3,2 bilhões (LOPES, 2012). Messejana, com população de 41.689 habitantes, possui equipamentos de saúde importantes (Gonzaguinha, Hospital de Messejana e Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira – Frotinha), logo exerce forte centralidade sobre bairros no sudeste da capital e municípios metropolitanos de Itaitinga, Eusébio e Aquiraz. Em virtude das intervenções do imobiliário (construção de *shopping centers* e condomínios horizontais e verticais), da chegada de equipamentos terciários (Supermercados Extra e Carrefour) perderam o aspecto de subúrbio e se transformaram em centros periféricos.

Na atualidade, Parangaba passa por uma reestruturação com a conversão de suas antigas fábricas em espaços consumíveis (condomínios residenciais) e para o consumo (centros comerciais e supermercados). Com a finalidade de mudar o perfil terciário do bairro, dois *shopping centers* com investimento estimado de R\$ 420 milhões foram construídos em 2013. O primeiro pertence ao Grupo Marquise, tem previsão de R\$ 444 milhões anuais em vendas, Área Bruta Locável (ABL) de 32 mil m² e com expansão futura programada para até 42 m². O segundo com 60 m² de ABL é de responsabilidade do Grupo North Empreendimentos Brasil (participação das empresas Ancar Ivanhoe, Diagonal e Rossi) e fará parte de um complexo que contará com condomínios residenciais



de apartamentos (1.314 unidades, medindo entre 48 e 62 m²), hospital e torres comerciais numa área de 180 mil m² (LOPES, 2012).

O Montese começou a se definir como centralidade a partir dos anos de 1970 e atualmente se configura como um importante polo comercial e de serviços. Na área comercial, localizada entre as suas duas principais Avenidas, Gomes de Matos (antiga 14 de Julho) e Alberto Magno, existem cerca de 10 agências bancárias, lojas de eletrodomésticos, magazines, autopeças, confecções, supermercados, correios, lotéricas e restaurantes. O eixo viário da Alberto Magno é conhecido como “Rua das Noivas” porque no perímetro de poucos quarteirões concentra-se uma grande quantidade de lojas de aluguel de trajes para casamento, além dos serviços agregados como confecção de convites, revelação de fotografias, contratação de filmagens e decoração de espaços de festa.

No sudeste da capital cearense, cerca de 20 km do centro, houve um crescimento da construção de *shopping centers*, supermercados, torres de escritório e condomínios residenciais nos últimos vinte anos, principalmente após a duplicação da avenida Washington Soares/CE 040. Essa área, denominada de Água Fria/Seis Bocas, trata-se de uma expansão da principal área burguesa da cidade, o bairro da Aldeota, e possui como principal característica o forte caráter segregacionista em virtude da quantidade de condomínios e loteamentos fechados.

Nas áreas próximas do centro, estão bairros mais antigos, com boa infraestrutura e centros comerciais e de serviços bem equipados. Entre esses se sobressaem: Benfica, Joaquim Távora, Bairro de Fátima, Praia de Iracema e Jacarecanga.

Após essa breve descrição das principais áreas de comércio e serviços na metrópole cearense, retomaremos a ideia de policentralidade a partir da diferença entre subcentros e novas áreas de centralidades. Na década de 1970 já existiam os subcentros de Messejana e Parangaba em Fortaleza, contudo esses muito mais complementavam as funções do centro do que competiam com ele. A realidade atual revela a perda do papel polarizador da área central em virtude da concorrência de novas áreas.

Com base em dados de uma pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza, foi possível analisar a distribuição dos estabelecimentos formais na capital cearense e verificar o papel assumido por cada centralidade a partir da concentração dessas empresas (Tabela 1). Elas foram classificadas nos ramos de serviços, comércio, indústria de transformação, construção civil, administração públicas, agropecuária e extrativa mineral com um peso maior dos quatro primeiros setores de atividade econômica.

Tabela 1: Distribuição dos estabelecimentos formais em Fortaleza 2014.

Centralidades, Centro e Demais Bairros		Nº de estabelecimentos formais	Participação na quantidade de estabelecimentos (%)
Centralidades	Principais Bairros Integrantes		
Aldeota	Aldeota	3.291	8,69
	Cocó	1.596	4,21
	Dionísio Torres	916	2,42
	Meireles	4.211	11,12
	Mucuripe	190	0,50
	Papicu	771	2,04
	Varjota	174	0,46
Subtotal		11.149	29,43
Alagadiço São Gerardo (Avenida Bezerra de Menezes)	Alagadiço São Gerardo	826	2,18
	Monte Castelo	252	0,67
	Parquelândia	147	0,39
Subtotal		1.225	3,23
Antônio Bezerra	Antônio Bezerra	570	1,50
	Padre Andrade	55	0,15
Subtotal		625	1,65
Barra do Ceará	Álvaro Weyne	251	0,66
	Barra do Ceará	598	1,58
	Cristo Redentor	207	0,55
	Vila Velha	336	0,89
Subtotal		1.392	3,67
Messejana	Lagoa Redonda	204	0,53
	Messejana	1.135	3
Subtotal		1.339	3,53
Montese	Bela Vista	128	0,34
	Bom Futuro	163	0,43
	Damas	65	0,17
	Demócrito Rocha	100	0,26
	Jardim América	184	0,49
	Montese	511	1,35
	Rodolfo Teófilo	203	0,54
	São João do Tauape	499	1,32
Vila União	369	0,97	
Subtotal		2.222	5,87
Parangaba	Bom Sucesso	160	0,42
	Itaperi	40	0,11
	Jóquei Clube	95	0,25
	Maraponga	165	0,44
	Parangaba	878	2,32
	Vila Peri	150	0,40
Subtotal		1.488	3,93
Seis Bocas	Cambeba	166	0,44
	Cidade dos Funcionários	525	1,39
	Edson Queiroz	230	0,61
Subtotal		921	2,43
Vizinhos ao Centro	Bairro de Fátima	864	2,28
	Benfica	540	1,43
	Jacarecanga	656	1,73
	Joaquim Távora	1.399	3,69
	Praia de Iracema	267	0,70
Subtotal		3.726	9,84
Centro		7.800	20,59
Demais bairros		5.994	15,82
Total		37.881	100,00

Fonte: SMDE/PMF 2014



A centralidade da Aldeota, considerando os sete principais bairros integrantes, aglutina 11.149 estabelecimentos formais, ou seja, 29,46% das empresas da cidade. Portanto, rivaliza com o centro que responde por 7.800 empresas (20,59% do total). Em seguida, os bairros nas adjacências do centro somam 3.726 (9,84% do geral), com o destaque para o Joaquim Távora com 1.399 (3,69%). As demais centralidades possuem papel demiurgo com 2.222 (5,87%) no Montese, 1.488 (3,93%) em Parangaba, 1.392 (3,67%) na Barra do Ceará, 1.339 (3,53%) na Messejana, 1.225 (3,23%) no São Gerardo e 921 (2,43%) nas Seis Bocas. Há uma pulverização de 5.994 (15,82%) estabelecimentos nos demais bairros que não compõem nenhuma das centralidades. Embora os resultados da pesquisa tenham sido divulgados em 2014, os seus dados são de 2012, logo não leva em conta os *shopping centers* implantados em Parangaba no ano de 2013, o que deve ter aumento a sua participação no quantitativo.

A Aldeota corresponde por quase 30% das empresas enquanto os Vizinhos ao centro por 10%, portanto são as únicas capazes de rivalizar com o bairro do centro. As demais juntas somam 23% dos estabelecimentos, logo apresentam um grau menor de atração no interior da metrópole.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A internacionalização do capital, da produção e dos princípios jurídico-políticos tiveram desdobramento na forma das metrópoles brasileiras, pois essas espacialidades assumiram novos papéis. Se as técnicas flexíveis de produção possibilitaram uma desconcentração das estruturas produtivas, coube à metrópole a gestão do capital, a distribuição e comercialização dos produtos, os serviços para a produção (financeiro, jurídico, contábil, marketing e outros) e os de reprodução (saúde, educação e lazer).

Desse modo, a forma da metrópole se expandiu para os subúrbios e alterou seus conteúdos para acomodar essas novas atividades. Estruturas arquitetônicas modernas (edifícios corporativos, centros de convenções, hotéis e apart-hotéis) substituem os antigos espaços fabris como condição à acumulação capitalista. No entanto, a própria urbanização torna-se um negócio de incorporadoras internacionalizadas e áreas urbanas que concentram atividades financeiras, comerciais e de serviços são criadas enquanto antigas são esvaziadas. Uma concorrência se estabelece entre os diversos centros no interior da metrópole, ou seja, a policentralidade se faz presente no espaço metropolitano.

Fortaleza, capital cearense, reúne os conteúdos modernos da urbanização em seu tecido metropolitano. A modernização pode ser percebida nos vários artefatos arquitetônicos, na internacionalização da sua economia, na produção constante de receptáculos de rentabilidade e na

riqueza gerada pela economia política da cidade. Contudo, pode ser constatada também na expansão das periferias, na desigualdade social e nas formas recentes de segregação.

REFERÊNCIAS

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, A. I. G. (Org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006, p. 135-147.

FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez - Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: resultados da amostra, Ceará, Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Brasília: IPEA- FJP- PNUD, 2014.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4ª edição. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, F. C. R. **A centralidade da Parangaba como produto da fragmentação de Fortaleza (CE)**. 2006. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

_____. **Fortaleza (CE) vai continuar andando para o leste: suburbanização, ideologia e cotidiano**. 2012. 317 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MATTOS, C. A. de. 2004. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (Coord.). **Metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Fundação Perseu; Rio de Janeiro: FASE, 2004, p. 157-196.

PMF, Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Concentração setorial de empresas, por bairros, em Fortaleza**. Fortaleza: PMF/SMDE, 2014.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza – PLANDIRF – 1969/1971**. Fortaleza: P M F, 1972.

_____. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza (PDDU/FOR): síntese diagnóstico**. Fortaleza: PMF/ SEINF, 1991.

SOUZA, M. S. de. Análise da estrutura urbana. In: DANTAS, E. W. C. *et al.* (Org.). **De cidade à metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009, p. 13-86.

SPOSITO, M. E. B. O Centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, São Paulo, 10, 1-18, 1991.



TOURINHO, A. de O. Centro e centralidade: uma questão recente. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de. (Org.). **Geografias das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 277-299.

Recebido em 22 de Maio de 2019
Aprovado em 21 de Setembro de 2019

